



Diário Oficial

Órgão Informativo Oficial de Rondonópolis

Fundado em Dezembro de 2000

Ano VII - Nº 1212 Segunda-feira, 20 de Fevereiro de 2006

Poder Executivo

Lei

Decreto

LEI Nº 4.751, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2006.

Dispõe sobre autorização Legislativa para abertura de CRÉDITO SUPLEMENTAR no valor de R\$ 120.000,00.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais...

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU PROMULGO E SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a realizar no vigente orçamento abertura de CRÉDITO SUPLEMENTAR, até o montante de R\$ 120.000,00 (Cento e Vinte Mil Reais) para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

02 – PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS	
13 – Fundo Municipal de Ação Social	
08.244.2380.1069.069 – Construção e Ampliação de Centros Comunitários	
44.90.51.00.00 – Obras e Instalações.....	R\$ 7.996,30
8.244.2380.2096.096 – Conservação e Manutenção de Centros Comunitários	
33.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros PJ.....	R\$ 12.000,70
16 – Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Lazer	
27.812.2410.1103.103 – Construção de Pistas de Esportes e Áreas de Lazer	
44.90.51.00.00 – Obras e Instalações.....	R\$ 70.000,00
TOTAL.....	R\$ 120.000,00

Art. 2º Para cobertura do CRÉDITO SUPLEMENTAR a que se refere o artigo anterior, serão utilizados os recursos provenientes dos: **Convênio nº 14/2005 e 207/2005 com a Secretaria de Infra-Estrutura do Estado MT-SINFRA.** Conforme Dispõe o Art.43 de Lei nº 4320/64.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 16 de fevereiro de 2006, no 52º da Fundação e 52ª da Emancipação Política.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI
Prefeito Municipal

Registrada nesta secretária e publicada no DIORONDON.

AILTON DAS NEVES
Secretário do Governo Municipal

DECRETO Nº 4.199, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2006.

Dispõe sobre abertura de CRÉDITO SUPLEMENTAR no valor de R\$ 40.441,50.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, especialmente pela Lei nº 4.756, de 16/02/2006...

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no vigente orçamento CRÉDITO SUPLEMENTAR, no valor de R\$ 40.441,50 (Quarenta e Um Mil, Quatrocentos e Quarenta e Um Reais e Cinquenta Centavos) para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

02 – PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS	
06 – Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito	
27.122.2110.1023.023 – Construção e Ampliação do Prédio da Câmara	
44.90.51.00.00 – Obras e Instalações.....	R\$ 12.824,50
44.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente....	R\$ 27.617,00
TOTAL.....	R\$ 40.441,50

Art. 2º Para cobertura do CRÉDITO SUPLEMENTAR, a que se refere o artigo anterior, serão utilizados os recursos provenientes do Convênio: nº 01/2006, que entre si celebram o Governo do Estado de Mato Grosso por meio da Secretaria de Estado de Infra-Estrutura - SINFRA e o Município de Rondonópolis/ MT, conforme dispõe o art. 43 da Lei Nº 4320/64.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 16 de fevereiro de 2006, 90ª da Fundação e 52ª da Emancipação Política.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI
Prefeito Municipal

Registrada nesta secretária e publicada no DIORONDON.

AILTON DAS NEVES
Secretário do Governo Municipal

Expediente

Prefeito Municipal.....	Adilton Domingos Sachetti
Vice-Prefeito.....	Manoel Machado
Secretaria de Ação Social.....	Rosemari Linde Sachetti
Secretaria de Administração.....	Gastão de Matos
Sec. de Desenv. Econ. e Meio Ambiente.....	Elio Rasia
Secretaria de Educação.....	Professor Javert Melo Vieira
Sec. Esporte, Cultura e Lazer.....	Renato Marcelino Dolce de Souza
Secretaria de Finanças.....	Clóvis Gonçalves Vicentini
Secretaria de Governo.....	Ailton das Neves
Secretaria de Planejamento.....	Eugênia Lemos Barros Bárbara
Secretaria da Receita.....	Edenício Avelino Santos
Secretaria de Saúde.....	Fábio Roberto Ribeiro Cardozo
Sec. Transporte, Trânsito e Desenv. Urbano.....	Alexandre de Azevedo Torres
Procuradoria Geral do Município.....	Adilton Pinto da Silva
CODER.....	Milton Luiz Araújo
SANEAR.....	Marcos Antonio Ribeiro dos Reis
Diário Oficial do Município.....	Luiz Antonio da Silveira Abreu
IMPRO.....	Josemar Ramiro da Silva
ServSaúde.....	Reginaldo de Souza Santos

DIORONDON

Filiado: ABIO- Associação Brasileira de Imprensa Oficial
Impressão, Distribuição e Assinatura
Prefeitura Municipal de Rondonópolis - Av. Duque de Caxias, 526
Vila Aurora - fone (66) 411-5285
CEP 78.740-100 - Rondonópolis - Mato Grosso - de 2ª a 6ª das 12 as 18h
Órgão criado pela Lei 3.366 de 7 de dezembro de 2000
Órgão de Responsabilidade da Sec. Administração: **Gastão de Matos**
Diário Oficial: Luiz Antonio da Silveira Abreu
Home page: www.rondonopolis.mt.gov.br
E-mail: diorondon@rondonopolis.mt.gov.br

Tabela de Preços do Diorondon		
Exemplar do dia no balcão	R\$ 0,50	Entrega domiciliar - Qualquer Município (via correio) R\$160,00
Exemplar do dia anterior	R\$ 0,65	
Assinatura Semestral		Publicação de matérias de outros municípios e de terceiros: por centímetro linear de coluna R\$ 1,20
retirada no balcão	R\$ 50,00	

DECRETO Nº 4.200, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2006.

Dispõe sobre abertura de CRÉDITO SUPLEMENTAR no valor de R\$ 120.000,00.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, especialmente a Lei nº 4.751 de 16/02/2006,...**DECRETA:****Art. 1º** Fica aberto no vigente orçamento **CRÉDITO SUPLEMENTAR**, no valor de R\$ 120.000,00 (Cento e Vinte Mil Reais) para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

02 - RECEITA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS	
12 - Fundo Municipal de Ação Social	
03.244.2380.1069.069 - Construção e Ampliação de Centros Comunitários	
44.50.51.00.00 - Obras e Instalações	R\$ 17.996,30
8.244.2380.2096.096 - Conservação e Manutenção dos Centros Comunitários	
33.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros PJ	R\$ 32.003,70
16 - Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Lazer	
27.812.2410.1103.103 - Construção de Praças de Esportes e Áreas de Lazer	
44.50.51.00.00 - Obras e Instalações	R\$ 70.000,00
TOTAL	R\$ 120.000,00

Art. 2º Para cobertura do CRÉDITO SUPLEMENTAR a que se refere o artigo anterior, serão utilizados os recursos provenientes dos: Convênios de nº 148/2005 e 207/2005, com a Secretaria de Infra Estrutura do Estado-MT-SINFRA. Conforme disposto no Art. 43 da Lei 4320/64.**Art. 3º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.**Art. 4º** Ficam revogadas as disposições em contrário.**GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL**
Rondonópolis, 16 de fevereiro de 2006, 90ª da Fundação e 52ª da Emancipação Política.**ADILSON DOMINGOS SACHETTI**
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria e publicado no Diário Oficial de Rondonópolis.

AILTON D. NEVES
Secretário de Governo Municipal

Poder Legislativo

Lei

LEI Nº 4.740, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2006.

Institui o Programa de Diagnóstico Precoce da Deficiência Auditiva em Neonatos no Município de Rondonópolis, e dá outras providências.

PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais...

Faço saber que a Câmara Municipal decretou e o Prefeito não se manifestou, e eu Vereadora Vilma Moreira dos Santos Oliveira, na qualidade de 2ª Vice-Presidente e nos termos do § 8º - Art. 59 da Lei Orgânica Municipal, PROMULGO A SEQUINTE LEI:

Art. 1º - Fica instituída no município de Rondonópolis-MT, o Programa de Diagnóstico Precoce da Deficiência Auditiva em Neonatos.**Art. 2º** - No cumprimento de seu objetivo, o Programa de Diagnóstico Precoce da Deficiência Auditiva em Neonatos desenvolverá:

- ações educativas em saúde auditiva dirigidas aos profissionais de maternidades e aos pais dos neonatos;
- submissão de todos os neonatos, antes da alta hospitalar, à Emita Otológica Evocada (EOAE) ou Audiometria de Resposta Eletrotônica Evocada de Tronco Cerebral (BERA) em maternidades deste município;
- aplicação, por fonoaudiólogo ou médico dos procedimentos especificados no inciso anterior;
- os diagnósticos médico audiológico, bem como a intervenção fonoaudiológica para os bebês identificados como portadores de deficiência auditiva através dos procedimentos especificados no inciso II;
- a não segregação das crianças com alteração auditiva e dos seus pais nos mais diversos ambientes;
- a integração dos pais do diagnóstico e tratamento com o programa de identificação;
- a formação e capacitação dos servidores municipais que atuam no programa;
- a realização de ações para minimizar a produção de ruído em quartos nos quartos de alojamento conjunto.

Artigo 3º - Para implantar o programa instituído por esta Lei, o Poder Executivo buscará a participação de técnicos e instituições competentes e de instituições universitárias na definição das normas técnicas e da metodologia.**Artigo 4º** - As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta de dotações próprias, suplementadas se necessário.**Artigo 5º** - Esta lei será regulamentada pelo Poder Executivo no prazo de 60(sessenta) dias, contados do início de sua vigência.**Artigo 6º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.Rondonópolis (MT), 6 de fevereiro de 2006;
90ª de Fundação e 52ª da Emancipação Política (Lei 3.621).*Ver. Vilma Moreira dos Santos Oliveira*
2ª VICE-PRESIDENTE*Ver. Ananias Martins de Souza Filho*
1º SECRETARIO**LEI Nº 4.741, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2006.**

Dispõe sobre estabelecer critérios de utilização e padronização dos passeios públicos, e dá outras providências.

PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais...

Faço saber que a Câmara Municipal decretou e o Prefeito não se manifestou, e eu Vereadora Vilma Moreira dos Santos Oliveira, na qualidade de 2ª Vice-Presidente e nos termos do § 8º - Art. 59 da Lei Orgânica Municipal, PROMULGO A SEQUINTE LEI:

Art. 1º - Denomina-se passeio público, área lideira à via pública ou espaço físico localizado entre a via pública e os imóveis, edificados ou não.**Art. 2º** - Os responsáveis por imóveis nos termos desta lei, edificados ou não, situados em vias ou logradouros públicos dotados de calçamento ou guias e sarjetas são obrigados a construir as respectivas calçadas na extensão correspondente a sua testada e mantê-las em perfeito estado de conservação.**Parágrafo único** - Em se tratando de terrenos pertencentes a loteamentos aprovados, o loteador é responsável pela execução das calçadas.**Artigo 3º** - Caracteriza-se como situação em mau estado de conservação das calçadas dentro outras, a existência de buracos, ondulações, de desnível não exigidos pela natureza do logradouro, de obstáculos que impeçam o trânsito livre e seguro dos pedestres e a execução de reparos e desacordo com o aspecto estético ou harmônico ou em desacordo com as normas técnicas e regulamentares.**Artigo 4º** - As calçadas deverão ser construídas, reconstruídas ou reparadas com material duradouro, obedecidas as respectivas normas técnicas e regulamentares de acordo com o seguinte:

- as calçadas deverão ser contínuas, sem mudança abrupta de níveis ou inclinações que dificultem o trânsito seguro de pedestres, observados, quando possível, os níveis imediatos dos passeios vizinhos já executados;
- os degraus e rampas serão permitidos quando a declividade do logradouro exige, observadas as disposições da legislação vigente aprovação do órgão responsável;

III. as calçadas poderão ser executadas com ajardinamento e arborização desde que de acordo com esta lei, exceto a Faixa Livre, que deverá ser executada de acordo com o previsto nesta lei;

IV. as canalizações para o escoamento de águas pluviais deverão passar sob as calçadas;

V. a declividade normal da calçada, no sentido do alinhamento à linha das guias deverá ser de 3%.

Art. 5º - Eventual desnível entre o passeio e o terreno lideiro deverá ser acomodado no interior do imóvel.**Art. 6º** - Os passeios das vias, com declividades não superior a 12% não poderão apresentar, no sentido longitudinal, degraus ou desníveis, ressalvado o estabelecido nesta lei.**Parágrafo único** - O executivo deverá regulamentar as situações em que os passeios apresentem declividades superior a 12%.**Art. 7º** - As calçadas poderão ser interrompidas na parte estritamente correspondente às aberturas de acesso para espaços destinados à carga e descarga, por meio de guias que concorram horizontalmente, em curva de raio mínimo de 3m, com as do logradouro, possibilitando a sequência do pavimento da via pública até o interior do lote e desde que a concordância fique inteiramente dentro do trecho fronteiro ao imóvel objeto do espaço para carga e descarga.**Parágrafo único** - O rebaixamento de guias para a execução do disposto neste artigo deverá atender os requisitos estabelecidos por essa lei.**Art. 8º** - O Executivo deverá regulamentar os critérios de intervenção de situações atípicas como topografia acentuada, sítios históricos e áreas de preservação.**Art. 9º** - Os pisos das calçadas devem estar em harmonia com seu entorno, não apresentar desnível, usar materiais e padrões apropriados ao tráfego de pessoas e construir uma rota acessível aos pedestres que nele caminham, com superfície regular, antiderrapante e sem obstáculos.**Art. 10** - Na escolha do piso adequado devem ser observados, principalmente:

- uso e ocupação do solo;
- o desenho geométrico da via;
- as interferências do subsolo;
- a topografia;
- a quantidade de pedestres por minuto;
- a periodicidade de manutenção.

Art. 11 - O Executivo determinará os tipos de piso que poderão ser utilizados de acordo com a determinação desta lei.**Art. 12** - O rebaixamento de guias para os fins de garantir a acessibilidade é de responsabilidade do Executivo Municipal, na forma estabelecida pela legislação vigente.**Art. 13** - O piso tátil de alerta deve ser utilizado sempre que houver mudança de plano ou travessia de pedestres, situações que oferecem risco aos transeantes.**Art. 14** - As tampas de acesso a pontos de visita, grelhas e equipamentos devem se localizar fora da faixa livre, não causando obstrução ao trânsito de pedestres.**§ 1º** - As tampas e grelhas devem ser niveladas pelo piso da calçada, sendo os ressaltos ou juntas de dilatação embutidos no piso transversalmente ao sentido do caminho;**§ 2º** - As tampas e grelhas devem ser instaladas transversalmente ao sentido do caminho, entre elas vão máximo de até 15cm;**§ 3º** - A textura da superfície das tampas não pode ser similar à de pisos tateia de alerta ou direção;**§ 4º** - As obras de infraestrutura que exijam quebra de calçada, as faixas de livre circulação devem ser refeitas em toda a sua largura, não sendo admitidas emendas longitudinais de acabamento;**§ 5º** - Quando necessário, as emendas transversais devem ser perpendiculares ao sentido do caminho.**Art. 15** - Para garantir a condição adequada de segurança e acessibilidade, deve-se restringir a instalação de equipamentos de infra-estrutura e mobiliário urbano somente às faixas de mobiliário.**Art. 16** - Os mobiliários urbanos, dentro da via pública, devem:

- garantir a autonomia e segurança de sua utilização;
- ser posicionados de forma a não comprometer a circulação dos pedestres;
- ocupar somente a faixa de mobiliário, junto à guia, respeitando a faixa livre;
- preservar a circulação entre motoristas e pedestres;
- ser instalados em locais que não interfira no rebaixamento das calçadas.

Art. 17 - Nenhum mobiliário deve ser instalado nas esquinas, exceto sinalização viária, placas com nomes de logradouros, postes de fiação e hidrantes.**Art. 18** - O ajardinamento e o plantio de árvores podem ser executadas em calçadas, desde que observadas as seguintes condições:

- o plantio não prejudicar a faixa livre;
- estejam situadas preferencialmente, na faixa de mobiliário ou junto ao acesso dos imóveis;
- estejam espaçadas, no mínimo a 5,00m da esquina e não interfiram na visibilidade do cruzamento.

Parágrafo único - Em passeios com largura igual ou inferior a 1,50m não é recomendado o plantio de qualquer espécie de vegetação.**Art. 19** - As plantas devem ser utilizadas em áreas adjacentes à circulação:

- plantas venenosas ou com espinhos;
- plantas cujas raízes possam danificar o pavimento da calçada, dificultando o deslocamento, ou prejudicar os elementos de drenagem.

Art. 20 - Junto aos lotes é permitido somente gramas e vegetação rasteira, dentro do conceito de calçadas verdes.**Art. 21** - Considera-se responsável pela obra ou serviço previsto nesta lei:

- o proprietário, o titular do domínio útil ou da sua propriedade, ou o possuidor do imóvel, a qualquer título;
- as concessionárias ou permissionárias de serviços públicos ou de utilidade pública e as entidades a elas equiparadas, se as obras ou serviços exigidos resultarem de danos por elas causadas;
- a União, Estado, Município ou entidades de sua administração indireta em seu próprio domínio, guarda ou administração.

Art. 22 - Em casos especiais o Executivo poderá determinar o tipo de calçada e suas respectivas especificações técnicas e regulamentares a serem observadas em sua construção.**Art. 23** - A padronização dos passeios públicos na cidade de Rondonópolis, deverá dividir as calçadas em três faixas:

- faixa livre - área da calçada destinada exclusivamente à circulação de pedestres, e que deverá ter largura mínima de 1,20m e estar desobstruída de mobiliário urbano ou de qualquer outra interferência;
- faixa de serviço - área destinada à colocação de objetos, elementos, mobiliário urbano e pequenas construções integrantes da paisagem urbana, implantados mediante a autorização do Poder Público, deve ter no mínimo 70cm de largura;
- faixa de acesso - área destinada a acomodação de interferências temporárias como mesas e projeção de anúncios, sendo necessária autorização da Prefeitura e recomendável para passeios com mais de 2m de largura, de forma a não interferir na faixa livre.

Art. 24 - Nas situações em que as calçadas estiverem em desacordo com a legislação, o Executivo notificará o proprietário e, se a notificação não for atendida no prazo de 45 dias, deverá ser aplicada a penalidade prevista em legislação específica.**Parágrafo único** - Após a aplicação da penalidade, se a irregularidade persistir, nova penalidade poderá ser aplicada, no dobro do valor.**Art. 25** - O Executivo poderá executar as calçadas caso o responsável não a execute de acordo com esta lei após a notificação, e poderá para esse fim, cobrar contribuição de melhoria na forma regulamentada.**Parágrafo único** - O Executivo deverá construir as calçadas de acordo com o Programa de padronização e Recuperação das Calçadas do Município de Rondonópolis.**Art. 26** - O executivo deverá elaborar Programa de Padronização e Recuperação das Calçadas do Município de Rondonópolis, destinado a orientar os responsáveis por imóveis edificados ou não, sobre a forma legal de mantê-las em perfeito estado de conservação e executá-las de acordo com as regras desta lei.**Art. 27** - As Secretarias envolvidas deverão realizar campanha esclarecedora sobre as disposições desta lei, de modo a divulgar as obrigações e as penalidades decorrentes do mau estado de conservação das calçadas ou da execução em desacordo com as regras dispostas por essa lei.**Art. 28** - As Secretarias Municipais designadas, procederão o levantamento da situação das calçadas do Município, para previsão orçamentária e eventual realização dos serviços pela Prefeitura cobrando contribuição de melhoria equivalente ao valor da obra na forma estabelecida por essa lei.**Art. 29** - O Plano Diretor da Cidade de Rondonópolis deverá definir os padrões a ser adotados para regulamentação das calçadas.**Art. 30** - O executivo regulamentará esta lei, no que couber, até 30 dias da data de sua publicação.**Art. 31** - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.**Art. 32** - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.Rondonópolis (MT), 6 de fevereiro de 2006;
90ª de Fundação e 52ª da Emancipação Política (Lei 3.621).*Ver. Vilma Moreira dos Santos Oliveira*
2ª VICE-PRESIDENTE*Ver. Ananias Martins de Souza Filho*
1º SECRETARIO